



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSTU

Prefeitura de Manaus 2024

Resumo

Trata-se de uma versão inicial do programa que desenvolve um diagnóstico político econômico de diretrizes e propostas. Esse conteúdo ainda está sujeito a modificações e ajustes.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Rua Costa Azevedo, nº 11, 2º Piso – Centro.

Apresentação

O PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, em cumprimento à Lei Eleitoral, reunido em Convenção no dia 27 de julho de 2024 (Convenções, Artigo 6º, TSE), lançou como candidatos a Prefeito e Vice-Prefeita do Município de Manaus, respectivamente, Gilberto Vasconcelos e Damiana Amorim e apresenta o seu Programa de Governo.

O PSTU é um partido socialista, de quadros, com inserção em setores importantes do proletariado nas distintas regiões do país, sua prioridade em termos de atuação política é diretamente junto à classe trabalhadora, suas camadas oprimidas e nas suas lutas diretas. As eleições são apenas um momento em que essas lutas se apresentam como disputas em torno do poder político. Por isso, o centro da nossa atuação não gira em torno de eleições. Participamos do processo eleitoral porque a sociedade, os trabalhadores em geral, ainda não perderam as ilusões nessa instituição e, mediante essa situação, as eleições se convertem em um espaço onde podemos apresentar o nosso programa para as amplas camadas da nossa classe social.

No entanto, não vemos as eleições como espaços em que a classe trabalhadora possa de fato chegar ao poder. E especialmente no Brasil, esses espaços foram historicamente controlados para não permitir qualquer abalo no sistema de dominação política existente. Desde o nascimento da república com o voto censitário, a exclusão dos analfabetos, a exclusão das mulheres, entre outras formas, como o chamado voto de cabresto, o controle é exercido de diferentes maneiras. Assim, as eleições e as formas institucionais do exercício político sempre se caracterizaram pela restrição da participação política das classes subalternizadas e ainda operam atualmente para garantir que a classe dominante permaneça no poder sem se sentir ameaçada.

Mesmo com a modernização do sistema eleitoral, o controle e as restrições permaneceram existindo não somente pela interferência do poder econômico como também por artifícios jurídicos inseridos no corpo da legislação eleitoral. E as eleições, que deveriam ser espaço de livre disputa entre as distintas classes e posições sociais divergentes, são convertidas em espaços institucionais de legitimação e de reprodução dos setores da classe dominante.

Desde 2021, por exemplo, com a aprovação da cláusula de barreira, partidos como o nosso, foram totalmente excluídos do tempo de “propaganda eleitoral gratuita”. Ou seja, o que antes já era extremamente desigual em relação a distribuição de tempo de aparição nos meios de comunicação de massa, ficou ainda muito pior. Agora nem sequer se tem o direito de aparecer no chamado “horário eleitoral gratuito” para apresentação das propostas. O eleitor simplesmente não tem o direito de conhecer determinados partidos e candidatos.

Apesar disso, ainda que sob essas condições extremamente desiguais, iremos apresentar nossas propostas com o intuito de fazer o debate político com aquele público que conseguir ter acesso à nossa plataforma programática. Ao mesmo tempo, denunciaremos desde já o caráter excludente e antidemocrático embutido na legislação eleitoral, que impede o debate igualitário das ideias, restringe determinados partidos e influencia na livre escolha do eleitor – incidindo claramente nos resultados eleitorais.

Introdução

Estas eleições municipais serão as primeiras após a derrota de Bolsonaro ao governo central. Lula assumiu o mandato cercado por uma perspectiva de reverter os estragos causados por Bolsonaro e recuperar as bases do regime democrático burguês. Nesse sentido, o pano de fundo das eleições municipais se remete a um governo de Frente Ampla, com um projeto capitalista neoliberal social e de defesa da democracia dos ricos (cada vez menos democrática) e uma oposição bolsonarista de extrema direita com um projeto capitalista ultraliberal e autoritário.

Embora, na sua posse, Lula tenha feito um gesto simbólico ao subir a rampa do planalto com representantes das camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira, nos dois primeiros anos do seu governo esse gesto ficou somente no simbolismo. Na realidade, Lula governa mesmo é para os grandes empresários da indústria, do agronegócio e segue aplicando religiosamente o programa do imperialismo.

Em vez de ser o pobre a ser priorizado no seu governo, quem vem mesmo sendo incorporado ao orçamento são os bilionários capitalistas, com a liberação de R\$300 bilhões para as grandes empresas (aquelas que faturam acima de 300 milhões) do setor industrial; R\$20 bilhões em isenções no Programa Mover para garantir o lucro das montadoras; Plano Safra de R\$400 bilhões para engordar os cofres do agronegócio. Para piorar, a reforma tributária não diminuiu um centavo dos impostos que os pobres pagam. Enquanto isso, aos trabalhadores é reajuste zero, é cortes nos benefícios sociais, é cortes de verbas dos serviços públicos e ataques, como vimos nas recentes greves da educação e do setor da área ambiental.

Esse quadro nacional é parte integrante da crise do capitalismo mundial e de seu regime democrático burguês. De modo que, não há e não poderá haver nenhum lugar que passe imune às determinações que geram a deterioração do sistema. Trata-se de um processo que tem em seu cerne a superprodução de mercadorias, o desenvolvimento tecnológico e a transição da matriz energética. Elementos que, combinados com a própria natureza do capitalismo levam a uma situação de desaceleração da economia e a inevitáveis acirramentos de conflitos de diferentes escalas e proporções. Por isso, assistimos uma disputa cada vez mais acirrada entre os imperialismos e entre as potências capitalistas – em muitos casos para assegurar domínios geopolíticos de territórios. Disputas que se dão nos terrenos diplomático, político, econômico e militar.

Em face dessa situação mundial, os imperialismos exigem dos países dependentes um grau muito maior de entrega e subalternização. E contam para isso com o aval e a conivência das burguesias nacionais e com a colaboração das direções reformistas e neorreformistas do movimento de massa. Um processo de dominação que começa no terreno econômico e se estende à esfera política, inclusive interferindo no próprio regime (democracia, bonapartismo, ditaduras), com o objetivo de assegurar as condições por meio das quais é realizada apropriação de riquezas.

O Brasil se insere nesse contexto e é um país em franco processo de recolonização. A aspiração de uma fração da burguesia nacional de construir um país moderno, industrializado e independente, foi interrompida com o golpe empresarial-militar de 1964. Depois de vinte anos de ditadura o país estava mais industrializado, mas muito mais dependente – foi afastado definitivamente, por parte de qualquer fração da burguesia brasileira, qualquer vestígio de desenvolvimento econômico autônomo. A chamada Nova República, que emergiu dos escombros da ditadura, não apenas não reverteu esse quadro estrutural da economia brasileira, como o aprofundou drasticamente no contexto da globalização neoliberal. A própria Constituição de 1988 que tinha incluído alguns direitos básicos universais, foi retalhada sucessivamente para assegurar o livre trânsito do capital, a desnacionalização, as privatizações e a entrega do patrimônio público para empresas estrangeiras. As reformas trabalhista e previdenciária, alteraram as bases normativas protetivas da classe trabalhadora para assegurar a superexploração da força de trabalho e garantir mercado para os fundos de pensão privados.

É esse o quadro estrutural sobre o qual se alternam os sucessivos governos brasileiros – sejam eles de tendências democráticas, bonapartistas ou ditatoriais. O governo Lula (Frente Ampla) afastou temporariamente a opção bonapartista, mas não alterou em nada o caráter estrutural da dependência, que segue se aprofundando.

Além da manutenção de todas as reformas, privatizações, desnacionalização e do repasse de recursos públicos para investimentos empresariais nacionais e estrangeiros, a política econômica, ancorada no pagamento da dívida, no arcabouço fiscal e nas metas de gastos, impõe limites estreitos aos investimentos públicos nas áreas sociais. Com isso mantém e aprofunda a deterioração desses serviços, dos salários e das condições de trabalho e, como parte intrínseca desse movimento, utiliza as parcerias público-privadas para acentuar a privatização desses setores.

Esse cenário catastrófico atravessa a vida de grande parcela da população dos mais

de 5 mil municípios desse país. Manaus, a cidade que se tornou o epicentro da pandemia, viu aflorar aos olhos de todos o déficit habitacional, o desemprego, a fome e as mais degradantes condições sociais. Nenhuma candidatura deveria fechar os olhos para essa dura realidade.

É cada vez mais evidente que não se pode resolver essas contradições e desigualdades sociais da cidade separadas das decisões nacionais. Nenhum programa, por mais bem elaborado que seja, poderá responder verdadeiramente às reais necessidades da população, sem ter claro que as políticas nacionais interferem diretamente nos problemas municipais e que precisam ser levados em consideração na hora de definir medidas e propostas no plano local.

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista o enquadramento político de polarização entre um governo neoliberal social e uma oposição ultraliberal com um projeto de ditadura. De tal forma que, é preciso combater conseqüentemente o retorno do bolsonarismo em todos os níveis, seja em sua versão original ou sob formas disfarçadas. A nossa candidatura está, também, a serviço desse combate.

Por outro lado, não se pode baixar a guarda para um governo que – embora diferente do projeto autoritário do bolsonarismo – aplica uma política econômica liberal social e governa para os grandes capitalistas. E sob esse aspecto a nossa candidatura é uma oposição de esquerda.

Em outros termos, o nosso programa municipal leva em conta o quadro político geral e as condições estruturais da economia política que, em última instância, determinam grande parte da realidade dos municípios brasileiros – especialmente das grandes capitais, como Manaus.

Lutamos por uma cidade para os trabalhadores e governada pelos trabalhadores por meio dos Conselhos Populares. Em linhas gerais, isso significa uma democracia muito mais ampla que a democracia dos bilionários e ao mesmo tempo, um ponto de apoio para as lutas nacionais que incidam direta ou indiretamente na vida das pessoas, como por exemplo, a revogação das reformas trabalhista e da previdência; a revogação do “Novo Ensino Médio” (NEM); a estatização das grandes megas empresas; reestatização de empresas estratégicas para o país; etc. No plano local, é preciso acabar com as privatizações da água, da energia,

da saúde, da educação e transporte coletivo. Essas são condições estruturais sob as quais se deve operar outras medidas que visem o bem estar de toda a população, especialmente da classe trabalhadora e suas camadas oprimidas.

Informações relevantes sobre a cidade de Manaus

Manaus passou da sétima para a quinta posição entre 2002 e 2021, no ranking das economias municipais brasileiras. Seu Produto Interno Bruto (PIB), de 103,3 bilhões de reais, deixou para trás Curitiba/PR (que passou para sexto lugar) e Porto Alegre/RS (que desceu para o nono lugar) em apenas duas décadas. Esses números fazem com que a cidade atinja um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de R\$ 45.782,75, superior aos R\$ 42.247,52 da média nacional, mas que apenas reforça o caráter desigual da distribuição de renda na cidade de Manaus.

A despeito dessa riqueza gerada, representada no crescimento do Produto Interno Bruto, estudos recentes mostram que Manaus figura como a segunda pior capital em desigualdade social. O Mapa da desigualdade, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), publicado no dia 26 de julho deste ano, compara 40 indicadores das 26 capitais brasileiras, sobre educação, saúde, renda habitação e saneamento.

Esse estudo expõe com clareza o quadro da desigualdade entre as capitais. No quesito desocupação, a capital amazonense aparece com a terceira pior taxa, com 12,8%, configurando, no mínimo, uma situação contraditória, uma vez que aqui está sediado o segundo maior polo industrial do país, com a presença de mais de 400 unidades fabris que geram postos de trabalhos diretos e indiretos.

Manaus aparece ainda nesse estudo, ao lado de Belém, como a segunda capital mais favelizada do país. Mais da metade dos domicílios (53,38) se encontram em favelas, à frente de Salvador (41,83%), Vitória (33,15%) e São Luís (32,42%). Em um cenário como esse, não é de se estranhar que apareça também como a terceira em incidência (7,1 pacientes por 100 mil habitantes) de doenças causadas por saneamento básico inadequado, contrastando com capitais como Cuiabá, cuja incidência é de apenas 0,28 paciente por 100 mil habitantes.

A violência urbana é outro aspecto relevante, digno de registro. Manaus é a terceira pior do país em taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Ao mesmo tempo, ocupa a terceira posição em homicídios de jovens por 100 mil habitantes.

Os dados econômicos, representados pelo PIB, e os indicadores acima descritos, fornecem elementos que corroboram com a percepção de aguda desigualdade social existente no tecido urbano da cidade de Manaus. A riqueza produzida está concentrada nos extratos sociais superiores enquanto a maioria da

população, a classe trabalhadora, vive com baixos salários ou na fila do desemprego, em moradias insalubres, com serviços urbanos cada vez mais precarizados (transporte, saúde, educação).

Do ponto de vista da gestão pública municipal, a quem cabe atuar no nível mais próximo da população, é importante registrar que nos últimos quatro anos, o orçamento público municipal tem crescido sistematicamente na casa de dois dígitos, chegando em 2024 a R\$ 9 bilhões de reais. Manaus é, seguramente, uma das capitais que opera com uma das maiores receitas orçamentárias do país.

Nem por isso, se observa uma alteração qualitativa, equivalente, em termos de oferecimento de serviços públicos e infraestrutura urbana para garantir maior qualidade de vida à população da cidade. Em face a isso, é preciso questionar como vem sendo administrado os recursos públicos, quais as prioridades e quais às áreas sociais têm sido negligenciadas.

A gestão pública municipal historicamente vem sendo administrada de forma centralizada, sem participação popular e até sem a devida fiscalização da Câmara de vereadores. Os vereadores depois de eleitos, em vez de defender os interesses da população, agem como serviçais do prefeito, numa relação de troca de favores, em que a máquina pública serve como moeda de troca.

É preciso acabar com essa farra. Um governo socialista dos trabalhadores deve estabelecer um novo padrão. Quem deve governar são os trabalhadores por meio dos Conselhos Populares com poderes deliberativos. Nesse governo os recursos do orçamento público vão ser discutidos com os trabalhadores para dizer quais devem ser as prioridades e onde deve ser gasto o dinheiro. Além disso, os conselhos vão exercer um papel de controle social para garantir que os recursos não sejam desviados para fins privados.

Eixos, diretrizes e propostas

I - Plano Emergencial

Situação: Como demonstram os indicadores sociais acima, Manaus vive uma situação caótica sob diferentes aspectos, mas principalmente em termos de desemprego, falta de moradia decente, violência e recrudescimento das condições ambientais – a cada ano tem se intensificado o processo de desertificação e toda a população fica literalmente sufocada.

Em face a ausência do poder público para solucionar os graves problemas sociais, a população entregue a si mesma, busca saídas por sua própria conta e risco, seja improvisando moradias em áreas de riscos; seja se unindo e organizando ocupações de terras; seja se submetendo a serviços precarizados ou improvisando algum meio de vida para não morrer de fome. Uma parte dessa população – de distintas origens étnicas e de diferentes nacionalidades – recorre aos chamados bicos ou se transforma em pedintes nas esquinas, nas praças, restaurantes e bares da cidade, quando não são recrutadas pelo tráfico.

Propostas:

- A) **Garantir Assistência aos Desempregados:** Passe livre aos desempregados no transporte público; Isenção de IPTU e todas as taxas municipais; Isenção total de impostos municipais aos pequenos negócios e crédito; garantir o fornecimento de luz, água às famílias desempregadas;
- B) **Geração de Empregos:** Plano de obras públicas municipal organizado conjuntamente com os conselhos populares e desempregados dos bairros que garanta de imediato: construção de casas populares; ampliação das creches municipais; ampliação e melhoria da rede de escolas municipais; saneamento básico para todos; limpeza e recuperação dos igarapés e das vias públicas.
- C) **Garantia de abrigo para as populações em situação de rua.** Os dois abrigos improvisados, custeados pelo município, para atender cerca de 2 mil pessoas em situação de rua precisam ser adequados, equipados e ampliados, inclusive com a criação de um Centro de Atendimento na região central da cidade. Com a contratação – por concurso – de profissionais devidamente capacitados para esse trabalho.

II - Áreas Sociais e Cultura

Situação: Fatores relativos à política econômica de um país dependente, delimitam os investimentos públicos nas áreas sociais. Desde cima, da esfera federal, as decisões macroeconômicas, tais como “teto de gastos” e mais recentemente o “arabouço fiscal” definem a redução dos recursos orçamentários em benefício dos interesses corporativos do capital financeiro. As esferas estaduais e municipais, por sua vez, seguem a mesma lógica, e além da não aplicação correta dos recursos constitucionalmente previstos, utilizam-se de dispositivos da engrenagem da burocracia governamental para mascarar os investimentos públicos, isso quando não repassam diretamente os recursos orçamentários para os setores privados – no contexto das parcerias público-privadas.

Nós queremos inverter essa lógica. À frente do poder municipal seremos, primeiramente, um ponto de apoio para reverter as decisões nacionais que reduzem os investimentos públicos ou desviam esses recursos para favorecer interesses privados e corporativos de grandes grupos econômicos e financeiros. Segundo, tornando a máquina pública mais barata no sentido de acabar com a multiplicação de cargos de confiança que só servem para cabide de emprego de amigos e parentes dos governantes. Terceiro,

acabar com a farra das parcerias público-privadas para estancar o desvio de recursos públicos para interesses privados. Quarto, estabelecer o controle social das ações governamentais em cada área por meio dos Conselhos Populares formados pelos trabalhadores e usuários dos serviços públicos organizados politicamente.

Propostas:

- ✓ **Saúde:** Em relação às decisões nacionais e estaduais, vamos fortalecer, desde a prefeitura, a luta pelo fim da saúde privada; pela estatização dos hospitais particulares e por um SUS 100% estatal. No âmbito do Município, propomos o fortalecimento e a ampliação das Unidades Básicas de Saúde, 100% de cobertura primária; fim das consultorias privadas; Prioridade aos programas sociais e a saúde preventiva e de saúde do trabalhador; remuneração digna aos funcionários; uma administração eminentemente pública e democrática; eleições diretas para diretores das unidades de saúde, feita pelos próprios funcionários de carreira.
- ✓ **Educação:** No plano mais geral vamos lutar por uma educação pública de qualidade e por nenhum repasse de recursos públicos para os grandes empresários, donos de escolas privadas. No âmbito da prefeitura, propriamente, a meta é ampliar as vagas até atender cem por cento todas as crianças em creches e escolas públicas de qualidade. Para isso, é preciso estancar o processo de privatização continuada da educação. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, e as fundações privadas. Garantir democracia nas escolas para que os professores, os alunos possam se organizar e debater todos os temas com liberdade; envolver os pais e a comunidade para debater e decidir, em nível municipal, o projeto pedagógico, a gestão pública das escolas elegendo diretamente as direções das escolas. Garantir concurso público e remuneração de qualidade; ampliação do número de salas de aulas e acabar com os alugueis de prédios. Assim, serão combatidos projetos retrógrados e autoritários como o “Escola sem Partido”, evitando a evasão escolar e aumentando a qualidade do ensino público.
- ✓ **Assistência Social:** Será voltada principalmente para as camadas mais necessitadas. Os recursos e o provimento das instituições vão ser objeto de decisões dos Conselhos Populares que vão se encarregar de definir as linhas mestras e o orçamento para cada setor: idosos, mulheres, população indígena, população em situação de rua; LGBTs, etc.

III– Gênero, Sexualidade, Grupos étnicos e Opressões

Situação: Manaus convive com todas as contradições dos grandes centros urbanos. A luta pela cidade põe em movimento diferentes grupos sociais, mais particularmente as camadas oprimidas e exploradas como as mulheres, os negros, os indígenas, os LGBTs. Enfim, é a grande maioria da população mais afetada pelas políticas de desmonte dos serviços públicos, das retiradas de direitos, dos baixos salários, do desemprego e da violência estrutural: o machismo, o racismo, o preconceito e toda forma de opressão.

Esses grupos sociais, além de explorados, sofrem opressão pelas suas condições de gênero, orientação sexual e por suas especificidades étnicas e raciais. Basta acompanhar os indicadores sociais, a discriminação racial, o preconceito contra mulheres, negros, indígenas e LGBTs. A opressão constitui um dos mecanismos utilizados pelos capitalistas para dividir a classe trabalhadora, a fim de assegurar a superexploração, os baixos salários e a manutenção do monopólio da propriedade. Então, é fundamental além do combate à exploração, combater igualmente toda forma de opressão. E uma prefeitura dirigida pelos (as) trabalhadores (as) deve incorporar em seus planos

todas as dimensões que possibilitem sedimentar as bases para uma sociedade fraterna, livre e igualitária – uma sociedade socialista.

Propostas:

- ✓ **Povos indígenas:** combater a discriminação, o preconceito e toda forma de estigmatização; garantir aos indígenas permanência em seus territórios; e, apoiar as suas diferentes formas culturais, suas línguas, enfim, as suas práticas de reprodução social. Defendemos a sua participação nos Conselhos Populares, com suas lideranças e suas associações, como a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) para garantir a inclusão de suas pautas de reivindicações como saúde, educação, respeito às suas práticas, seus rituais e seus saberes;
- ✓ **Mulheres:** combate ao machismo e todas as formas de violência. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha; pela construção de mais abrigos públicos a assistência psicológica para mulheres vítimas de violência e ameaça às suas vidas;
- ✓ **Negros (as):** combater o racismo estrutural e suas manifestações nas instituições públicas; aplicação e ampliação das cotas raciais como forma de reduzir a desigualdade extrema no estudo, no trabalho e no salário; realizar debates, campanhas pelo fim do genocídio da juventude negra e do preconceito contra indígenas, imigrantes haitianos e venezuelanos;
- ✓ **LGBTQI+:** lutar por uma lei para tornar crime a LGBTfobia. Combater a invisibilidade e abrir um amplo debate nas escolas para inclusão nos Parâmetros Curriculares dos conteúdos que abordem identidade de gênero, orientação sexual, preconceitos e discriminação.

IV – Moradia: Plano de Obras Públicas para casas populares

Situação: A população de Manaus cresceu de 1,8 milhão, em 2010, para 2,06 milhões em 2022. Foi a primeira cidade da Amazônia a bater a marca de 2 milhões de habitantes. A taxa de crescimento da população foi de 14,6% mais que o dobro da média nacional, 6,0% . Mas o poder público não respondeu adequadamente a esse crescimento, preparando a cidade em termos de moradia e infraestrutura. Ou seja, a capital com o 5º maior PIB do país é incapaz de organizar moradias dignas para sua população. Por isso, a cidade cresceu com muitas moradias precárias. A população vai se organizando e ocupando à sua maneira para fugir dos alugueis e para não ficar ao relento. Hoje, Manaus ocupa o segundo posto da cidade mais favelizada do país. São 53,4% de moradias em áreas de favela (ICS, 2024). Isso gera uma pressão imensa, conflitos fundiários, ordens de despejos, repressão, violência a indígenas, venezuelanos, haitianos – enfim uma massa de população que carece do poder público.

Propostas:

- ✓ Por um Plano de Habitação Popular que contemple o déficit habitacional da cidade;
- ✓ Combate à Especulação Imobiliária e Urbanização das Ocupações;
- ✓ Ampliar impostos aos terrenos voltados para especulação imobiliária;
- ✓ Legalização das ocupações e plano de infraestrutura;
- ✓ Imposto fortemente progressivo para as grandes propriedades;
- ✓ Expropriação sem indenização de terrenos, prédios e casas abandonadas, voltadas para

especulação.¹

V– Mobilidade Urbana

Situação: Esse tema está ligado ao anterior. É preciso levar em consideração a taxa de crescimento da cidade e sua distribuição espacial. A expansão da cidade se dá fundamentalmente em direção ao noroeste. Em 2018 a população era de 1,8 milhão. Atualmente já se chegou 2,06 milhões de habitantes. O tema da mobilidade urbana é uma necessidade numa cidade de explosão demográfica. Não se trata de um tema novo, existem planos, legislação,² os quais precisam ser recuperados sob as novas estratégias, de uma prefeitura que se propõe governar com os trabalhadores, organizados em Conselhos Populares, e que visa combater os conhecidos interesses especulativos e os superfaturamentos de obras a partir de uma política de estatização dos serviços considerados chaves para atender à população. Os aspectos técnicos, próprios da engenharia e de outras áreas do conhecimento, serão levados em conta, mas não podem estar dissociados das necessidades claramente expressas pelos membros da comuna, cujo planejamento das ações devem contemplar essencialmente infraestrutura adequada para a circulação de pessoas, inclusive aquelas com deficiências, prioridade ao transporte coletivo eficiente, e, um sistema viário capaz de responder ao fluxo de veículos e outros meios de deslocamento.

As intervenções no sistema urbano de mudança de infraestrutura: o modelo de concessão do transporte coletivo e a ampliação do sistema viário tem servido, na maioria das vezes, para favorecer interesses das grandes empresas de construção, de donos de frota de ônibus e de especuladores. Então, para que os recursos públicos sejam de fato usados para atender as necessidades urbanas da grande maioria da população, é preciso:

Propostas:

- criar uma empresa municipal pública de obras para realizar todo o trabalho de infraestrutura da cidade controlada pelos Conselhos Populares como meio de acabar com o superfaturamento de obras:
 - ✓ Para edificar as calçadas e torná-las adequadas para pessoas com deficiências.
 - ✓ Para manter as ruas em condições transitáveis;
 - ✓ Para abrir e pavimentar novas vias.
- estatização sem indenização das empresas de transporte que não acatem as determinações dos Conselhos Populares.
 - ✓ passe livre para todos os estudantes;
 - ✓ construir as condições para se chegar a tarifa zero para toda a população;
 - ✓ acabar com o caos do transporte público, defendemos sua estatização sob controle dos Conselhos Populares;
 - ✓ garantir um serviço a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero;
 - ✓ manter os postos de trabalho, com salários decentes;
 - ✓ implantar uma frota de ônibus adequada para o nosso clima e para o transporte de pessoas

¹ Ao não cumprir a função social essas propriedades estão sujeitas a intervenção do poder público municipal, conforme § 2º do Artigo 182, da C.F. e a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

² Cf. Plano de Mobilidade Urbana, 2015; Lei 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades); Lei 12.587, de 2012 (Lei da Mobilidade Urbana); Lei Complementar 02/2014 que instituiu o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.

com deficiência;

- ✓ impedir o fim do trabalho do cobrador; preservar os postos de trabalho; garantir a qualidade do trabalho do motorista e o serviço de qualidade para os usuários;
- ✓ iniciar um projeto para implantação de metrô de superfície;
- ✓ combater a concorrência desleal entre motoristas de aplicativos e taxistas;
- ✓ criar um sistema alternativo de Aplicativo Público para romper com o esquema de exploração das empresas de aplicativos privados. O Uber no Brasil, assim como outras empresas impactam negativamente num momento de desemprego com rápido crescimento do número de motoristas sem direitos garantidos. Contrariamente ao que muitos pensam, não é a "livre concorrência" que torna mais barato o Uber. A "parceria" entre o motorista e o Uber é uma fraude à relação de emprego, jogando os custos de manutenção dos carros para os trabalhadores e os submetendo a um regime de remuneração que oscila enormemente ao longo do tempo. Não é à toa que em muitos países já começam a haver greves dos motoristas de aplicativos. O Ministério Público do Trabalho já foi acionado para verificar tal relações de exploração.
- ✓ sistema viário: um plano de recuperação e ampliação viária que contemple todas as formas de deslocamento, inclusive de ciclovias. Para isso, é preciso ouvir e efetivar as medidas indicadas pelos profissionais que atuam no trânsito, os motoristas, e os usuários, os ciclistas, os transeuntes, e, evidentemente os engenheiros de trânsito.

VI – Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Situação: A situação climática se agravou a tal ponto que mesmo uma cidade encravada no meio da floresta e banhada pelo maior rio do mundo, não passa incólume ao desastre ambiental em pleno andamento. A seca dos rios e as queimadas são apenas o sintoma da devastação causada pela expansão capitalista, por um modelo de sociedade que não se sustenta mais.

As cidades amazônicas se tornaram o epicentro inimaginável dos efeitos deletérios do capitalismo e suas formas de ocupação predatórias da natureza. No senso comum nunca se cogitou que assistiríamos às cenas de desertificação como as que tem ocorrido com certa frequência nos últimos anos. Por isso, a discussão sobre o meio ambiente em Manaus vai muito além de si mesma – de se discutir uma solução isolada, descolada das decisões nacionais e internacionais.

Primeiramente é preciso que se destaque com clareza a nossa posição política sobre as formas predatórias que degradam o meio ambiente, tais como: os projetos agropecuários, minerais e madeireiros, bem como, as obras de infraestrutura e de energia que devastam as áreas de conservação, as terras indígenas e abrem imensas clareiras em toda Amazônia. A conexão desses empreendimentos com os efeitos de desertificação e mudanças climáticas é central. Não tem como se ter uma cidade minimamente sadia ambientalmente sem enfrentar esses grandes projetos.

Ao mesmo tempo, é preciso ter uma política para a cidade. A indústria de transformação, a explosão demográfica, a expansão na frota de veículos automotores num cenário de mais de 30 anos de política neoliberal na gestão das esferas estaduais e municipais, contribuíram decisivamente para o caos urbano e ambiental. Por isso, elencamos algumas propostas para discutir com a população:

Propostas:

- ✓ municipalizar a empresa de águas e serviços sanitários: para se universalizar esses serviços com tarifa social acessível à maioria da população;

- ✓ intervir nos serviços de coletas de resíduos sólidos: municipalização; coleta seletiva e construção de aterro sanitário condizente com os pré-requisitos previstos na legislação;
- ✓ efetivar um plano de moradias, construção e recuperação de vias e logradouros públicos que inclua arborização, faixas para bicicletas e cuidados sanitários. Com participação direta de entidades de trabalhadores, universidades, etc.
- ✓ apoiar as cooperativas que trabalham com coleta e reciclagem de resíduos;
- ✓ consolidar a secretaria municipal (SEMAS), para coordenar a intervenção pública ambiental e estimular a participação da população a cuidar da cidade;
- ✓ rever e implementar um código de postura do município para disciplinar o uso dos espaços públicos; acabar com a especulação imobiliária; disciplinar o tráfego de veículos pesados, etc.
- ✓ abastecimento: recuperar mercados e feiras públicas; consolidar um terminal pesqueiro dotado de condições para conservação do pescado; fomentar cooperativas de produtores de hortifruti; estimular as iniciativas de alimentos sem agrotóxico com apoio técnico em compartilhamento com os produtores.

VIII – Forma de Governar: Democracia Operária

Conselhos Populares Deliberativos – O controle nas mãos dos (as) trabalhadores (as)

Defendemos um governo diferente. Um governo da classe trabalhadora. Por isso, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política os Conselhos Populares eleitos nas comunidades, bairros, locais de trabalho e estudo.

A proposta é que os conselheiros sejam eleitos em assembleias populares nos bairros e que seus mandatos possam ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia do Conselho Popular. Devem existir debates públicos, encontros e congressos com delegados eleitos nos bairros e regiões de toda cidade que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer no município. Os conselhos populares devem decidir sobre 100% do orçamento do município e controlar todo funcionamento da cidade.

